



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

N.º 157-A, DE 2025

(Do Sr. Guilherme Boulos)

Institui a Contribuição Social Digital – CSD, destinada a financiar iniciativas de fortalecimento da infraestrutura, desenvolvimento e capacitação tecnológicos e de novo instrumento de transferência de renda a ser criado nomeado PIX das big techs para os usuários de plataformas brasileiros; tendo parecer da Comissão de Comunicação, pela rejeição (relator: DEP. RODRIGO DA ZAELI).

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
COMUNICAÇÃO;
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIACÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Comunicação:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2025

(Do Sr. GUILHERME BOULOS)

Institui a Contribuição Social Digital – CSD, destinada a financiar iniciativas de fortalecimento da infraestrutura, desenvolvimento e capacitação tecnológicos e de novo instrumento de transferência de renda a ser criado nomeado PIX das *big techs* para os usuários de plataformas brasileiros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Contribuição Social Digital – CSD, destinada a financiar iniciativas de fortalecimento da infraestrutura, desenvolvimento e capacitação tecnológicos e de novo instrumento de transferência de renda a ser criado nomeado PIX das *big techs* para os usuários de plataformas brasileiros.

Art. 2º A CSD incide sobre a receita bruta de:

I – serviço de veiculação de publicidade em meio digital que utilize dados coletados de usuários; e

II – venda ou transferência de dados gerados por usuários localizados no Brasil, ou deles coletados durante o uso de uma plataforma digital.

§ 1º Não estão sujeitas à CSD as receitas decorrentes de:

I – comercialização de bens e serviços em plataforma digital do próprio fornecedor;

II – serviços de pagamento; e



III – plataformas digitais que disponibilizem acesso a instrumentos financeiros e operações com ativos mobiliários.

§ 2º A receita bruta sujeita à incidência da CSD, a que se refere o **caput**, corresponde:

I – em relação aos serviços de que trata o inciso I do **caput**, à receita bruta global dos serviços de publicidade do fornecedor proporcionalizada pela quantidade de vezes em que foram veiculadas publicidades em dispositivos que se encontrem no Brasil em comparação com a totalidade em dispositivos independentemente do local em que se encontrem; e

II – em relação aos serviços de que trata o inciso II do **caput**, à receita bruta global obtida com a venda ou transferência de dados pelo fornecedor proporcionalizada pela quantidade de usuários que se encontrem no Brasil em comparação com a totalidade de usuários independentemente do local em que se encontrem.

§ 3º Não integram a receita bruta para fins de incidência da CSD:

I – Contribuição Social sobre Bens e Serviços – CBS;

II – Imposto sobre Bens e Serviços – IBS;

III – Contribuição para o PIS/Pasep;

IV – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins; e

V – Imposto sobre Serviços – ISS.

Art. 3º Considera-se localizado no Brasil o usuário, pessoa física ou jurídica, que contratar ou acessar o serviço digital em dispositivo localizado fisicamente no Brasil.

Parágrafo único. Compete à regulamentação estabelecer os instrumentos admitidos para a caracterização da localização de que trata o **caput**, inclusive mediante a utilização de:



I – endereço de protocolo de internet (IP) ou de método de geolocalização do dispositivo utilizado para contratação ou acesso ao serviço digital;

II – endereço de veiculação do serviço digital ou de entrega; e

III – endereço do usuário constante do cadastro do arranjo de pagamento utilizado na operação.

Art. 4º É contribuinte da CSD a pessoa jurídica, domiciliada no Brasil ou no exterior, que tenha auferido com os serviços referidos no **caput** do art. 2º, no ano-calendário anterior, receita bruta global superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

§ 1º Para a apuração do limite previsto no **caput**, será considerada, em conjunto, a receita bruta das empresas que integrem grupo econômico.

§ 2º Compete ao contribuinte da CSD apresentar relatórios trimestrais à Secretaria da Receita Federal, com detalhamento e segmentação das receitas e demais dados relevantes de que trata o art. 2º, conforme metodologia definida em regulamento.

§ 3º O descumprimento das obrigações previstas no § 2º sujeita o infrator às sanções do art. 12 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, aplicadas de forma isolada ou cumulativa.

Art. 5º A alíquota da CSD é de 7% (sete por cento).

Art. 6º A CSD deve ser apurada ao final de cada trimestre e paga até o último dia útil do mês subsequente ao do encerramento do período de apuração.

Art. 7º Ao contribuinte da CSD é autorizado o creditamento da contribuição incidente sobre os serviços a que se refere o **caput** do art. 2º dos quais seja tomador.

Parágrafo único. O crédito de que trata o caput:



I – é calculado trimestralmente mediante a aplicação da alíquota da CSD sobre o valor das operações, excluídos os tributos a que se refere o § 3º do art. 2º;

II – possui validade de 6 (seis) meses a partir de sua apuração;
e

III – deve ser utilizado exclusivamente para a compensação com a CSD devida pelo contribuinte.

Art. 8º O produto da arrecadação da CSD será destinado da seguinte forma:

I – 25% (vinte e cinco por cento) para Fundo Nacional de Cuidados Digitais – FNCD, para financiamento de:

a) instrumentos de capacitação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e de usuários em tecnologias digitais;

b) programas de proteção de dados pessoais e segurança digital;

c) iniciativas de integridade da informação e combate à desinformação; e

d) auditorias independentes de algoritmos em empresas de plataformas digitais que utilizem dados de usuários para impulsionamento e publicidade segmentada;

II – 25% (vinte e cinco por cento) para Fundo de Infraestrutura Digital Inclusiva – FIDI, para financiamento da soberania do país:

a) desenvolvimento de infraestrutura pública e comunitária de armazenamento e processamento de dados;

b) programas de fortalecimento de infraestruturas digitais públicas enquanto soluções estruturantes que adotam padrões de tecnologia em rede para o interesse público; e

III – 50% (cinquenta por cento) através de devolução em novo instrumento de transferência de renda a ser criado nomeado PIX das *big techs* para todo brasileiro em território nacional, usuário, pessoa física, de plataforma



de incidência da CSD delimitado no **caput** do art. 2º, a ser regulamentado pela União.

Parágrafo único. Compete à regulamentação que o novo instrumento de transferência de renda leve em consideração métrica que não estimule a criação de novos usuários nas plataformas, principalmente crianças e adolescentes.

Art. 9º Os fundos de que tratam os incisos I e II do art. 8º serão geridos, nos termos da regulamentação, por conselho composto por representantes:

I – do Comitê Interministerial de Transformação Digital – CITDigital, instituído pelo Decreto nº 12.308, de 11 de dezembro de 2024;

II – de entidades da sociedade civil, inclusive organizações não governamentais sem fins lucrativos com atuação em direitos digitais, movimentos sociais organizados e do setor laboral;

III – de instituições acadêmicas e de pesquisa em tecnologia, inclusive de Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação – ICT;

IV – do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br;

V – da Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais – ANPD;

VI – da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; e

VII – de empresas públicas de tecnologia da informação.

Art. 10º Fica vedada sobre todas as hipóteses que o CSD seja repassado ao usuário de plataformas mantendo-se a oferta de forma gratuita para todos os usuários.

Art. 11º Esta Lei Complementar entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei Complementar visa corrigir a concentração de poder econômico e político nas mãos de grandes empresas da economia digital, como Google, Meta e X (antigo Twitter), cujas práticas têm gerado sérios riscos à soberania nacional e à democracia. Essas plataformas, ao explorarem dados pessoais de usuários brasileiros, utilizam algoritmos e publicidade segmentada para manipular comportamentos, polarizar debates e maximizar lucros, sem contribuir proporcionalmente para o desenvolvimento do país.

Essas práticas, além de violar a privacidade garantida pela Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), distorcem o espaço democrático. Estudos do MIT e da Universidade de Oxford demonstram que a segmentação amplifica discursos de ódio e notícias falsas, como observado nas eleições de 2018 e 2022 no Brasil. Enquanto isso, as *big techs* seguem sem contribuir proporcionalmente para o desenvolvimento tecnológico nacional, aprofundando desigualdades.

O crescimento do poder econômico e político das *big techs* tem impactado as democracias. A revolução digital fez com que o mecanismo de apropriação do excedente social mudasse.¹ Com isso, a própria natureza do sistema mudou. Onde imperava a fábrica, hoje temos as plataformas em escala global que ampliam suas explorações. Produto deste sintoma é a nova escalada de retaliações de aparente caráter econômico que o presidente dos Estados Unidos, Trump, tem feito desde o fim da última reunião dos BRICS no Rio de Janeiro, Brasil, no início de julho de 2025.

No início do ano, a Meta, dona do Facebook, Instagram e Whatsapp, anunciou alinhamento político com Trump contra países que busquem regular *big techs*, a exemplo do que ocorre na Austrália e na União Europeia (UE). Na carta enviada ao governo do Brasil, Trump cita “ataques contínuos do Brasil às atividades comerciais digitais de empresas americanas” e suposta “censura” contra plataformas de redes sociais dos Estados

¹ Ver Resgatar a função social da economia de Ladislau Dowbor. Disponível em: <https://dowbor.org/2022/04/resgatar-a-funcao-social-da-economia-uma-questao-de-dignidade-humana.html>



Unidos, “ameaçando-as com multas de milhões de dólares e expulsão do mercado de mídia social brasileiro”. A economia norte-americana está cada vez mais centrada em serviços e as *big techs* têm um papel essencial nesse setor.

2

Nos últimos anos, essas grandes empresas da economia digital, que operam em um cenário quase sem fronteiras físicas, têm adotado práticas fiscais que lhes permitem evitar tributação adequada nos países onde os dados são gerados. A falta de uma tributação justa sobre o valor gerado pelos usuários resultou em uma exportação de riqueza sem retorno para as nações que sustentam essas empresas. Segundo relatório da “*Digital Service Taxes*”³, do *EU Tax Observatory*, as *big techs* deslocaram cerca de 36% de seus lucros para paraísos fiscais. Portanto, alegar que a apresentação de propostas de tributação nos países faria com que elas fujam para paraísos fiscais não cabe uma vez que essa já é uma prática deste segmento. Essas práticas provocam desigualdades econômicas, contribuem para a proliferação de *fake news* e ameaçam a integridade democrática, como evidenciado nas eleições de 2018 e 2022 no Brasil.

Neste contexto, a Contribuição Social Digital propõe uma medida inovadora, nos moldes do Imposto sobre Serviços Digitais adotado por Portugal em 2021, com o objetivo de tributar a exploração de dados pelas *big techs*. Os recursos gerados serão destinados a fortalecer a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), com capacitação para a autoridade nacional e usuários, a combater a desinformação, apoiando projetos de checagem de informações e educação midiática, a promover o desenvolvimento da infraestrutura digital nacional e a estimular a implementação de mecanismos de transparência nas plataformas digitais.

Essas iniciativas visam corrigir a concentração de riqueza e poder e garantir que os benefícios da economia digital sejam redistribuídos para fortalecer a cidadania, a democracia e a justiça fiscal no Brasil. Países como França, Espanha e Portugal já adotaram modelos semelhantes,

² Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-07/big-techs-dos-eua-influenciaram-sancao-de-trump-contra-o-brasil>

³ Disponível em: https://www.taxobservatory.eu/www-site/uploads/2023/06/EUTO_Digital-Service-Taxes_June2023.pdf



pressionando as multinacionais a repartir os ganhos com as sociedades que sustentam suas atividades. O relatório da *EU Tax Observatory* mostra que de 2016 até 2023 doze países implementaram alguma forma de Imposto sobre Serviços Digitais, onze países apresentaram a proposta e estão com debates pausados e oito estão em discussão. Para dados mais atualizados é possível acompanhar o *Digital Services Taxes DST global tracker*⁴.

A divisão de arrecadação foi pensada sob três pilares. O primeiro é sobre a crescente vulnerabilidade que nossas crianças, adolescentes e pessoas mais velhas estão submetidas hoje nas plataformas. Para isso propomos a criação do Fundo Nacional de Cuidados Digitais – FNCD onde a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD terá orçamento para implementar instrumentos de capacitação para usuários em tecnologias digitais; programas de proteção de dados pessoais e segurança digital; iniciativas de integridade da informação e combate à desinformação; e auditorias independentes de algoritmos em empresas de plataformas digitais que utilizem dados de usuários para impulsionamento e publicidade segmentada.

O segundo pilar é visando a soberania de nosso país na disputa geopolítica que se coloca a partir do avanço tecnológico. Para isso propomos a criação do Fundo de Infraestrutura Digital Inclusiva – FIDI que será utilizado para o desenvolvimento de infraestrutura pública e comunitária de armazenamento e processamento de dados e programas de fortalecimento de infraestruturas digitais públicas enquanto soluções estruturantes que adotam padrões de tecnologia em rede para o interesse público.

Enquanto terceiro pilar, propomos a criação de novo instrumento de transferência de renda para a população a ser desenhado pelo Poder Executivo de forma tão simples quanto o nosso atacado PIX. As *big techs* precisam remunerar nossa população uma vez que é a partir da coleta de dados e sua comercialização que a maior parte da renda e enriquecimento dos donos das *big techs* acontece.

Com este Projeto de Lei Complementar, propomos uma solução que se alinha às novas realidades econômicas e fiscais da era digital,

⁴ Disponível em: <https://www.vatcalc.com/global/digital-services-taxes-dst-global-tracker/>



promovendo uma economia digital mais justa e soberana, em sintonia com os direitos fundamentais da população brasileira.

Solicitamos, portanto, o apoio dos parlamentares para a aprovação dessa iniciativa urgente e civilizatória para o Brasil.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado GUILHERME BOULOS



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2014-0423;12965
DECRETO Nº 12.308, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2024/decreto12308-11-dezembro-2024-796691-norma-pe.html



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DA ZAELI - PL/MT**

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 2025

Institui a Contribuição Social Digital – CSD, destinada a financiar iniciativas de fortalecimento da infraestrutura, desenvolvimento e capacitação tecnológicos e de novo instrumento de transferência de renda a ser criado nomeado PIX das big techs para os usuários de plataformas brasileiros.

Autor: Deputado GUILHERME BOULOS

Relator: Deputado RODRIGO DA ZAELI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 157, de 2025, do Deputado Guilherme Boulos, propõe a instituição da Contribuição Social Digital – CSD, destinada a financiar iniciativas de fortalecimento da infraestrutura, desenvolvimento e capacitação tecnológicos e novo instrumento de transferência de renda para os usuários de plataformas digitais brasileiros.

Na forma proposta, a CSD incidirá sobre a receita bruta de serviços de: veiculação de publicidade em meio digital que utilize dados coletados de usuários; venda ou transferência de dados gerados por usuários localizados no Brasil, ou deles coletados durante o uso de uma plataforma digital. A alíquota proposta para a contribuição é de 7% (sete por cento), e o recolhimento será devido apenas pelas pessoas jurídicas que tenham auferido,





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DA ZAELI - PL/MT

Apresentação: 01/12/2025 09:49:04.440 - CCOM
PRL 1 CCOM => PLP 157/2025
PRL n.1

no ano-calendário anterior, receita bruta global superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) com os serviços objeto de taxação.

O projeto propõe ainda a criação do Fundo Nacional de Cuidados Digitais – FNCD, responsável por gerir políticas de capacitação, e do Fundo de Infraestrutura Digital Inclusiva – FIDI, responsável pelas políticas de fortalecimento da infraestrutura nacional, cada um dos quais receberá aportes equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) da arrecadação a título de CSD. Os outros 50% (cinquenta por cento) da arrecadação serão utilizados para custear o novo instrumento de transferência de renda, nomeado “PIX das big techs”.

O projeto foi distribuído às Comissões de Comunicação e de Ciência, Tecnologia e Inovação, para apreciação de mérito; à Comissão de Finanças e Tributação, para análise de mérito e de adequação financeira e orçamentária; e para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para avaliação apenas de juridicidade e constitucionalidade.

A proposta está sujeita à apreciação do Plenário, e tramita no regime de prioridade previsto no art. 151, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 157, de 2025, pretende instituir contribuição sobre as atividades de veiculação de publicidade em meio digital e de venda ou transferência de dados de brasileiros, denominada Contribuição Social Digital – CSD. O texto propõe a destinação dos recursos arrecadados a título de CSD para o financiamento de iniciativas voltadas ao fortalecimento da infraestrutura digital brasileira, ao





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DA ZAELI - PL/MT

desenvolvimento e capacitação tecnológicos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD e dos usuários da internet, além de um novo programa de transferência de renda denotado “PIX das big techs”.

Em sua justificativa para apresentação do projeto, o autor alega que a proposta visa corrigir a concentração de poder econômico e político nas mãos de grandes empresas da economia digital, como Google, Meta e X (antigo Twitter), que utilizam algoritmos e publicidade segmentada para manipular comportamentos, polarizar debates e maximizar lucros, sem contribuir proporcionalmente para o desenvolvimento do país. Defende ainda que tais práticas, além de violarem a privacidade garantida pela Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), distorcem o espaço democrático de debate.

Em outra linha, o Deputado aponta que, nos últimos anos, essas grandes empresas da economia digital, que operam em um cenário quase sem fronteiras físicas, têm adotado práticas fiscais que lhes permitem evitar tributação adequada nos países onde os dados são gerados. Pondera ainda que a costumeira alegação de que tributar essas empresas faria com que elas fugissem para paraísos fiscais não caberia, uma vez que grande parte dessas empresas já está sediada em paraísos fiscais.

Neste contexto, sugere que a Contribuição Social Digital seria uma medida inovadora, similar ao Imposto sobre Serviços Digitais adotado por Portugal em 2021 e por outros países como Espanha e França.

Em nosso entendimento, há diversos problemas com a justificção ao projeto oferecida pelo autor. Em primeiro lugar, não vislumbramos como a imposição de uma nova tributação sobre as empresas resolveria a aludida violação da privacidade dos usuários. Em verdade, a LGPD já oferece amplos instrumentos para que Agência Nacional de Proteção Dados – ANPD puna todos aqueles que infringirem seus preceitos. Se as empresas estão desrespeitando a legislação e não estão sendo punidas, é preciso apurar se tal impunidade decorre de uma insuficiência da lei ou da inoperância da





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DA ZAELI - PL/MT

ANPD, e então propor medidas para sanear as dificuldades constatadas. Em qualquer caso, não nos parece que a imposição de uma contribuição colaborará com a resolução desse problema, ou mesmo com a preservação de um “espaço democrático” de debates.

Em segundo lugar, o Deputado defende que a imposição da contribuição sobre serviços digitais seria modelo já adotado com sucesso em países como Portugal, Espanha e França, o que justificaria a adoção de instrumento semelhante no Brasil. É verdade que alguns países europeus implementaram impostos com o objetivo de taxar especificamente as *big techs*, o que inclui, via de regra, as empresas com faturamento global superior a 750 milhões de euros (algo próximo a 4,5 bilhões de reais). Entretanto, há um entendimento geral de que as soluções implantadas por países de forma unilateral são apenas temporárias. Isso se deve, sobretudo, ao caráter global dos mercados digitais, que exigirá a atuação coordenada dos países em nível mundial para que se chegue a uma solução eficaz para tributação dessas empresas¹.

Por esse motivo, vem sendo gestada pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE e pelo G-20 uma iniciativa denotada Solução de Dois Pilares, que envolve cerca de 140 países na negociação de uma solução multilateral para tributar as *big techs*. O objetivo é obrigar essas empresas a pagarem impostos onde efetivamente geram valor, isto é, onde os usuários estão localizados, evitando assim que apenas os países nos quais estas empresas estão sediadas se beneficiem da tributação de receitas e lucros gerados por serviços digitais.

Resumidamente, o Pilar Um da iniciativa foca na distribuição de parte dos lucros das multinacionais para as nações onde os produtos e serviços são consumidos, mesmo sem presença física dessas empresas

¹ Sobre o assunto, veja https://www.estadao.com.br/economia/como-e-a-taxacao-big-techs-mundo-nprei/?srsltid=AfmBOoqmCFrSMot_zH7Gn9LeCh45lmArUjm9yyxWxcKSwK53s2Qa8IJr, acessado em 5/11/2025.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DA ZAELI - PL/MT

nesses países. Enquanto isso, o Pilar Dois busca estabelecer um imposto mínimo global de 15% sobre os lucros das empresas multinacionais.

Note-se que a Solução de Dois Pilares representa uma mudança significativa nas regras fiscais internacionais, exigindo que as empresas multinacionais e os países adaptem suas legislações e práticas. No Brasil, a recentemente aprovada Lei nº 15.079/2024 já introduziu aspectos das Regras Globais Contra a Erosão da Base Tributária (*Global Anti-Base Erosion Rules*, ou Regras GloBE, parte do Pilar Dois) na legislação nacional. O principal objetivo das Regras GloBE é combater a "corrida para o fundo", situação em que os países competem para atrair investimentos estrangeiros oferecendo alíquotas de imposto de renda corporativo cada vez mais baixas ou incentivos fiscais agressivos.

Diante do cenário apresentado, entendemos ser imperioso partir do princípio que a questão da tributação das grandes plataformas digitais é complexa, não podendo ser enfrentada adequadamente por iniciativas isoladas. Ao contrário, uma solução adequada exigirá cooperação em nível global, combinada com a adoção de medidas uniformes e equilibradas. O PLP nº 157, de 2025, diferentemente da Lei nº 15.079/2024, não representa um esforço nesse sentido, razão pela qual entendemos que o projeto não deve ser recepcionado em nossa legislação.

Assim, nosso voto é pela REJEIÇÃO do PLP nº 157, de 2025.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado RODRIGO DA ZAELI
Relator





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 157, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Comunicação, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, opinou pela rejeição do Projeto de Lei Complementar nº 157/2025, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Rodrigo da Zaeli.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Julio Cesar Ribeiro - Presidente, Amaro Neto, David Soares e Paulo Magalhães - Vice-Presidentes, André Figueiredo, Antonio Andrade, Bia Kicis, Cabo Gilberto Silva, Cezinha de Madureira, Delegado Caveira, Domingos Sávio, Fábio Teruel, Gervásio Maia, Juscelino Filho, Mauricio Marcon, Rodrigo da Zaeli, Simone Marquette, Albuquerque, Delegado Paulo Bilynskyj, Franciane Bayer, Gustavo Gayer, Lucas Ramos, Marangoni, Marcos Soares, Orlando Silva, Ossesio Silva e Rosana Valle.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2025.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO
Presidente

